

A LEI DROP É UMA ARMA SEM PRECEDENTES NA GUERRA FINANCEIRA CONTRA A RÚSSIA

A Lei DROP, apresentada pelo representante Michael McCaul, concede a Trump poder para sancionar compradores de petróleo russo, forçando-os a escolher entre abandonar Moscou ou ampliar apoio militar à Ucrânia; trata-se de uma arma de guerra financeira sem precedentes que pode inviabilizar qualquer reaproximação EUA-Rússia.

Andrew Korybko*



Imagem meramente ilustrativa, gerada por inteligência artificial.

O crítico ferrenho da Rússia, Michael McCaul, que preside o Comitê de Relações Exteriores da Câmara dos Representantes dos EUA, anunciou a apresentação, no início de fevereiro, na Câmara, do projeto de lei bipartidário “[Redução dos Lucros do Petróleo Russo](#)” (DROP, na sigla em inglês), [apresentado anteriormente](#) no Senado em dezembro passado. Se aprovado, o projeto de lei daria a Trump o poder de impor sanções direcionadas a qualquer pessoa que compre, importe ou facilite a exportação de petróleo russo, com exceções possíveis apenas sob três condições.

A primeira é que os fundos devidos à Rússia por tais compras sejam creditados em uma conta no país do comprador, só possam ser usados “para facilitar transações de produtos agrícolas, alimentos, medicamentos ou dispositivos médicos” e o governo do comprador se comprometa a reduzir significativamente suas compras de petróleo russo. A segunda é que esses fundos sejam usados para armar ou reconstruir a Ucrânia, enquanto a terceira é que o governo do país do comprador forneça apoio econômico ou militar significativo à Ucrânia.

As duas primeiras condições são inaceitáveis para a Rússia, mas a terceira não, visto que o país já vende petróleo para nações que apoiam significativamente a Ucrânia. A condição de fornecer apoio econômico e militar significativo à Ucrânia, uma distinção arbitrária, já que nenhum nível mínimo para cada um é especificado, em troca da ausência de sanções direcionadas, poderia levar a um maior fluxo de armas e recursos para a Ucrânia. Isso, por sua vez, poderia impedir a concretização dos objetivos da Rússia e perpetuar o conflito, a menos que a [Rússia faça concessões](#).

Aí reside o propósito da Lei DROP: seus autores preveem que os EUA consigam coagir os clientes restantes da Rússia no mundo a substituir suas importações por produtos de outros fornecedores (já que a Rússia não continuaria exportando sob as duas primeiras condições) ou a aumentar o apoio à Ucrânia. Isso a torna uma arma sem precedentes na guerra financeira, que também poderia ser combinada com tarifas punitivas semelhantes às impostas à Índia, [caso sejam empregadas brechas legais](#), aumentando assim o número de países que a cumprem.

Os fatores de mercado são os únicos limites reais para essa política em relação à exposição da pessoa/país alvo ao mercado financeiro dos EUA, o que os torna suscetíveis às sanções ameaçadas pela Lei DROP, e à capacidade do mercado de petróleo de substituir as exportações russas perdidas. Portanto, mesmo que a maioria dos clientes restantes da Rússia no setor petrolífero esteja exposta ao mercado financeiro dos EUA, pode não haver petróleo suficiente no mercado para que eles substituam suas importações, o que os levaria a intensificar o apoio à Ucrânia em vez de abandonar a Rússia.

Esse é o cenário mais provável em meio à [alta do preço do petróleo](#) causada pela [Terceira Guerra do Golfo](#) e à consequente flexibilidade dos EUA em [suspender temporariamente as sanções](#) à importação de petróleo russo pela Índia, o principal alvo de sua guerra financeira até o momento, para manter a viabilidade do mercado de seu parceiro. A contrapartida para a suspensão das sanções a outros grandes parceiros comerciais poderia ser a promessa de alocar fundos para armar ou reconstruir a Ucrânia assim que a crise do petróleo passar e eles puderem fazê-lo com mais segurança.

De qualquer forma, independentemente de abandonarem a Rússia ou intensificarem o apoio à Ucrânia, a Lei DROP foi concebida para criar problemas para a Rússia. Esses problemas podem não se materializar como esperado, ou mesmo não se materializar de forma significativa, mas a conclusão é que se trata de uma legislação extremamente hostil. O uso dessa arma sem precedentes de guerra financeira contra a Rússia por um governo Trump 2.0, caso a proposta seja aprovada (o que não é garantido), poderia complicar ainda mais as relações com a Rússia e possivelmente arruinar a reaproximação incipiente entre os dois países.

**Andrew Korybko é analista político americano radicado em Moscou, com doutorado pelo MGIMO, e especialista na transição sistêmica global para a multipolaridade. Ele acompanha de perto a relação entre a grande estratégia dos EUA na Afro-Eurásia, a Iniciativa Cinturão e Rota da China, os atos de equilíbrio geoestratégico complementares da Rússia e da Índia e a Guerra Híbrida. A guerra por procuração da OTAN contra a Rússia via Ucrânia e suas consequências globais têm sido seu foco, mas ele também cobre assuntos africanos e do sul da Ásia. De tempos em tempos, também analisa assuntos internos dos EUA, da Europa e da América Latina.*
